

mudar a



publicação do graal

29.

OUTUBRO 1980

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*

IGREJA DOS POBRES

DE PUEBLA A S. PAULO

Cerca de um ano depois da Conferência de Puebla realizou-se em S. Paulo, de 20 de Fevereiro a 2 de Março de 1980, o quarto encontro ecuménico de teólogos do Terceiro Mundo.

Tema central do debate, para além da temática da teologia da libertação, foi a situação e o papel dos pobres nas sociedades e na Igreja. Em Puebla falara-se dos pobres como objecto de uma «escolha prioritária»; na reunião de S. Paulo fala-se deles como **sujeitos e actores** da história. Aquilo que em Puebla era apenas afluído como «potencial evangelizador» é agora deliberadamente retomado como «irrupção histórica», reconhecendo-se que o «movimento popular» é para a Igreja da América Latina um desafio histórico a que ela não pode fugir.

De uma Conferência para a outra, revela-se uma tendência que vale a pena analisar. Não parece tratar-se duma simples transformação voluntarista da linguagem: parece, sim, estar em causa uma nova compreensão da Boa Nova anunciada aos pobres e de que os pobres se tornam anunciadores e actores.

Com efeito, um pouco por toda a parte no mundo, os pobres (que foram sempre, na tradição bíblica, os verdadeiros interlocutores de Deus, desde Moisés até Jesus) estão hoje a tomar consciência de que Deus os chama não à resignação mas à liberdade e à criação, convidando-os a transformar o mundo que os condena à pobreza.

Esta tomada de consciência não é, aliás, fenómeno exclusivo da América Latina ou do universo cultural moldado pelo cristianismo. O «despertar» dos povos dominados é hoje universal. O que é novo na situação latino-americana é o reaparecimento da referência a Deus na revolta dos povos contra a situação que lhes

é imposta, contra a dependência e a impotência em que se encontram no contexto do sistema global em que estão inseridos.

Quando João Paulo II fala em Puebla dos «mecanismos que tornam os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres» não faz senão desmascarar uma realidade de que esses mesmos pobres estão cada vez mais conscientes. Do mesmo modo, quando o presidente do Banco Mundial, Mc Namara, pede à comunidade internacional que trabalhe no sentido da extinção da «pobreza absoluta», também ele se limita a constatar uma evidência: a impossibilidade histórica de prolongar a situação de injustiça que mantém mais de metade da humanidade em condições de vida infra-humanas.

Seja qual for o peso que um e outro dão às palavras que empregam, o certo é que essas palavras dizem coisas que podem ser determinantes para o futuro. Não só constata-se que a pobreza é o sub-produto de um sistema orientado para a produção de riqueza, como reconhecem que essa situação não pode permanecer escondida. A partir de agora, os pobres sabem-no e o seu grito pode, de um momento para o outro, tornar-se ameaçador (cf. Documentos de Puebla, n.º 89).

POBREZA ABSOLUTA

O facto de o conceito de «pobreza absoluta» — criado pelo Banco Mundial para analisar a situação dos cerca de 800 milhões de pessoas a quem falta o necessário para viver — começar a substituir o de «sub-desenvolvimento» é significativo da evolução, lenta mas real, da própria noção de desenvolvimento. Em-



bora os grupos ou povos que não entram na categoria assim definida continuem a ser apresentados como «em vias de desenvolvimento» (segundo a lógica que leva a representar o sub-desenvolvimento como atraso em relação aos padrões do desenvolvimento) torna-se cada vez mais evidente que as situações de «pobreza absoluta» são a consequência normal do sub-desenvolvimento — entendido como um processo de desestruturação das sociedades tradicionais por não possuírem o domínio da sua vida colectiva e por estarem subordinados aos modelos das sociedades industrializadas, no seio das quais se concentram os recursos, as actividades mais produtivas e o poder.

O reconhecimento da relação existente entre o enriquecimento de uns e o empobrecimento de outros — relação que pode ser independente das intenções de cada um mas que, nem por isso, deixa de ser determinante na estruturação do sistema global — é hoje um dado quase incontroverso. Basta pensar nas desigualdades crescentes que se verificam no interior dos países sub-desenvolvidos.

Só uma organização da vida colectiva que vise assegurar a todos o que é necessário para viver permite a redução de tais desigualdades. Por outras palavras: **as sociedades só são viáveis quando se organizam de forma a repartir entre todos o fruto do trabalho de todos.**

É certo que não há sociedades ideais ou igualitárias. A desigualdade está na natureza das coisas e multiplica-se cumulativamente enquanto as pessoas não se organizam para a reduzir. Verifica-se, aliás, que

a correlação entre a redução das desigualdades e a estruturação das sociedades é praticamente a mesma nas sociedades modernas e nas sociedades tradicionais. Se é certo que há casos de sociedades fortemente estruturadas na desigualdade (sociedades potencialmente totalitárias), esses casos são, apesar de tudo, uma excepção. Pelo contrário, as sociedades relativamente igualitárias são sempre sociedades fortemente estruturadas. (Exemplo elucidativo é o dos mecanismos de repartição dos bens e serviços característicos de uma e outra situação: «segurança social» nos países industrializados; «assistência» nas sociedades tradicionais.)

A esta luz a «pobreza absoluta» surge como um fenómeno aberrante do mundo moderno. Ela é, antes de mais, o efeito da perturbação das dinâmicas sociais pela concentração da iniciativa nos países que se industrializaram e pela difusão do seu «modelo» de desenvolvimento que vem pôr em questão as maneiras de ser e de fazer tradicionais, segundo as quais as sociedades mais diversas conseguiram durante séculos produzir as suas próprias condições de existência. A extrapolação de modelos económicos, sociais e culturais a que estão submetidas as sociedades dependentes impossibilita-lhes a organização necessária a que existam como sociedades autónomas, capazes de dominarem as suas relações com a natureza e as relações recíprocas que estruturam toda a vida colectiva. Determinadas pelo exterior, deixam de ser sujeitos da sua própria dinâmica; tornam-se impotentes para se produzirem como sociedades. A história faz-se sem elas e à custa delas.

REVIRAVOLTA HISTÓRICA

Já lá vai o tempo em que se pensava que o desenvolvimento se realizaria através de programas de ajuda ou de transferência do saber e do saber-fazer dos países ricos para os países pobres. Neste momento é a construção da sociedade mundial que se impõe.

Na medida em que souber estar atenta à palavra dos pobres no seu seio, a Igreja será uma das organizações a pôr em evidência essa necessidade. Ao proclamar, sem receio das consequências políticas, as exigências da justiça e dos direitos do homem, ela contribui para pôr a

humanidade perante a tarefa da criação colectiva de que depende o seu futuro.

Trata-se, sem dúvida, de uma das maiores reviravoltas na história do cristianismo. Está em jogo a sua reparação como movimento histórico, actor entre outros no percurso da humanidade.

Para tal bastará que a Igreja deixe Deus falar, para que diga de novo o que sempre disse desde que se deu a conhecer a Abraão e a Moisés: que uma das condições do Seu reconhecimento pelos homens é a fruição por todos dos bens criados para todos.

CONSCIENTIZAÇÃO DOS POBRES

A análise do sub-desenvolvimento de uns como «desenvolvimento» de outros começa a impor-se em círculos cada vez mais alargados, indo ao encontro dos que são, afinal, os primeiros interessados: os que estão em situação de «pobreza absoluta». Só uma análise deste tipo, por muito rudimentar que seja, pode

sustentar o processo de **conscientização**, tal como o entende Paulo Freire: passagem da consciência ingénuo ou resignada à consciência crítica ou criadora. A experiência mostra que numerosos grupos, ao olharem com olhos novos a situação a que foram conduzidos, começam a reinterpretar a sua própria realidade e a querer transformá-la com os seus próprios meios. Libertando-se dos modelos do exterior, eles descobrem

novas possibilidades de acção — possibilidades que já nem supunham viáveis, de tal maneira lhes fora inculcada a ideia de que eram os outros, «os ricos», que tudo sabiam e podiam.

A primeira manifestação desta mudança, antes mesmo de ela se traduzir em recusa, violenta ou serena, do modelo imposto é o readquirir da **auto-confiança**. Ora essa auto-confiança só é possível quando se identifica e se supera a recusa sistemática do passado. Nesse sentido a conscientização é sempre, de alguma maneira, uma **reactivação cultural**, um relançar do movimento histórico interrompido ou perturbado pela intervenção exterior. O grupo que se conscientiza reencontra a sua dinâmica própria, não por um qualquer «retorno às origens», sempre ilusório, mas pela redescoberta, a partir de um reatar da memória ou do «inconsciente colectivo», da energia que no passado lhe tinha permitido fazer face às dificuldades da existência.

Ponto de encontro da tradição, da identidade transmitida e alienada e da inovação necessária para voltar a dominar uma realidade de que se perdera o controlo, a **conscientização** surge como uma operação complexa, difícil, na medida em que supõe a capacidade de articular o velho e o novo, a herança desacreditada e o modelo importado. Apesar das dificuldades ela está a produzir-se. Basta lembrar a auto-organização crescente de grupos que procuram impor-se ao seu ambiente natural e social, levando à prática os projectos que elaboram a partir da análise da realidade a que até então se submetiam.

Aquilo a que os teólogos, reunidos em S. Paulo, chamaram «a irrupção histórica dos pobres» não é mais do que uma consequência deste trabalho subterrâneo em que estão empenhados aqueles que, em conjunto, tomam consciência de que só podem contar com eles próprios. Para os cristãos essa consciência é reforçada pela nova percepção de Deus que, como criador, os chama a existirem à sua imagem e semelhança, co-criadores de um mundo em que a vida seja possível para eles e para todos.

Esta dinâmica, de que não podem ainda prever-se os efeitos a longo prazo, faz-se já sentir na vida internacional, através da pressão subjacente à acção colectiva dos países do Terceiro Mundo. Se a partir da VI Assembleia Extraordinária da ONU (1974) — data da proposta da instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional — esses países passaram a funcionar em bloco nas conferências internacionais, não o fizeram só pelos interesses ligados à exportação de petróleo; fizeram-no também instados pelo movimento de consciências e de vontades que se observa nas sociedades sub-desenvolvidas. O Terceiro Mundo surge, assim, como lugar de emergência potencial dos pobres como actores da história. Fenómeno novo, porque há milénios que os grandes fazem a história, impondo aos pequenos o seu poder e a sua lei.

O despertar dos povos do hemisfério sul põe em evidência a resistência surda ou subterrânea de que os grupos humanos são capazes depois de séculos de dominação ou exploração. Os povos têm memória longa e identidade persistente. Nenhuma colonização pode ser definitiva, nenhuma mudança é totalmente inesperada. A história só pode ser lida na perspectiva do tempo.

OS POBRES — INTERLOCUTORES DE DEUS

O despertar do Islão reteve, nos últimos tempos, a atenção mundial. Por trás do fenómeno religioso, um dado económico fundamental: a abundância de petróleo nas terras onde o islamismo é lei.

Ora o que se passa nas «cristandades» da América Latina não é menos significativo, mesmo que aí seja a voz dos pobres sem petróleo que se faz ouvir. Esses pobres **tomam**, de facto, a **palavra** e vinculam-na directamente à Palavra de Deus, redescoberta na sua verdade original como Palavra dirigida aos pobres.

Essa palavra chega-lhes como anúncio libertador. Deus revela-se-lhes não como refúgio mas como fonte insondável de energia criadora, juiz de um mundo que se construiu em contradição com o Seu desígnio.

Os povos latino-americanos descobrem, finalmente, que a resignação não é a verdadeira religião. A revelação da criação do mundo por Deus converte-se em revelação da vocação criadora do homem, de todos os homens, da humanidade como sujeito colectivo. Vocação para criar, isto é, vocação para ordenar e organizar o mundo, de modo a que as suas riquezas estejam ao serviço de todos.

— QUESTÃO DE VIDA OU DE MORTE —

Talvez tenha sido necessário esperar pelo fim do século XX para que a Boa-Nova adquira o seu alcance histórico.

Os pobres ouvem hoje o apelo de Deus como uma exigência a fazerem com Ele a história, a fazerem a história segundo a única exigência estabelecida pela Lei: organizar a vida colectiva de tal modo que a ninguém falte o necessário.

Só aqueles a quem falta o necessário poderão ser os arautos desta nova maneira de entender a religião. Para eles é uma questão de vida ou de morte e o Seu Deus é o Deus dos vivos.

Originariamente a Lei, quer dizer: a organização da vida colectiva, era entendida como a contrapartida da Aliança, quer dizer: da intervenção directa de Deus.

A força de sofrerem as consequências da infidelidade à Lei, de que uma das exigências era a salva-

guarda dos direitos dos pobres, e de se confrontarem com a pregação dos profetas, que identificavam a injustiça com a idolatria, os pobres de Israel passaram a esperar da intervenção de Deus a reorganização da sociedade. Apesar de todas as precauções estipuladas ao longo de séculos, os pobres continuavam a ser vítimas de múltiplas formas de opressão. Jesus fala de libertação dessa opressão como de um «ano de graça», um «dia do Senhor».

Os pobres que se conscientizam e organizam actualizam a esperança bíblica. São como que uma contracorrente face à história dos últimos tempos que confinara Deus no papel de garante da «ordem» estabelecida. «Felizes os pobres» porque terão assegurada a vida eterna, como prémio dos sofrimentos desta vida, dizia-se. E essa promessa de um futuro distante convertia-se em convite à passividade e à resignação.

Na nova perspectiva, Deus deixa de ser para os pobres esse fantasma distante, fabricado pelos patrões, para passar a ser a Força, o Sopro que os sustenta e os encarrega de construir um mundo em que a vida seja possível. Tal como Jesus eles estão prontos a dar a vida para que os homens nunca mais sejam condenados a vegetar e a morrer sem terem vivido. Os seus mártires são os seus verdadeiros porta-vozes: a sua morte é a melhor expressão da mensagem de que são portadores.

Esses pobres fazem ainda medo à Igreja, àquela Igreja que nunca se desligou totalmente da sua função de «sacralizar a ordem social», tal como o entendera Constantino no declinar do império romano. Mas, com o tempo, eles virão a ser compreendidos. Com efeito, quando na Igreja os pobres tomam a palavra, não para pedir «caridade» mas para reivindicar os seus direitos, de que Deus é garante, eles têm necessaria-

mente de ser ouvidos porque são os interlocutores privilegiados de Deus. A Igreja não pode, indefenidamente, apropriar-se de Deus e ficar surda ao grito dos pobres.

O que está em curso na América Latina é esta conversão da Igreja em **Igreja dos pobres**. A Igreja universal é arrastada por essa conversão e torna-se assim, pelo menos no plano da denúncia verbal, um dos actores potenciais da necessária transformação do mundo.

Ninguém pode arriscar-se a prever como a instituição eclesial e o «povo de Deus» reagirão a este novo desafio. Os movimentos colectivos têm uma tal dose de irracionalidade que permanecem imprevisíveis, qualquer que seja o progresso das ciências sociais.

Se por um lado se multiplicam os índices reveladores da importância desta oportunidade histórica para o cristianismo, por outro lado a obsessão da segurança — dado que, em nenhuma circunstância, se deve menosprezar — poderá produzir efeitos contraditórios em relação à dinâmica que acabamos de evocar. O medo e a angústia, vindos do fundo dos tempos, permanecem vivos no inconsciente e poderão vir a reforçar atitudes de defesa face a um futuro incerto.

O peso demográfico crescente dos pobres na Igreja é, hoje, um dado irrefutável. Esse peso é ainda reforçado pela posição estruturante do pobre na simbologia cristã sobretudo a partir da elaboração da doutrina do destino universal dos bens, no século IV. De «protagonistas potenciais» no combate pela justiça, os pobres passam hoje a actores empenhados. Só o tempo permitirá avaliar as consequências históricas desse empenhamento.

V. Cosmao
in «Foi et Développement 80»
Outubro 1980

IGREJA DE TODOS OS HOMENS

A Igreja dos pobres fala a cada homem e a todos os homens. É a Igreja universal. A Igreja do mistério da Encarnação. Não é a Igreja de uma classe ou de uma só casta.

Fala aos homens e ao mesmo tempo fala às sociedades, às sociedades na sua globalidade e às diversas camadas sociais, aos grupos e profissões diversas.

Fala igualmente aos sistemas e às estruturas sociais, socio-económicas e socio-políticas.

Fala a linguagem do Evangelho, explicando-o à luz do progresso da ciência humana, na fidelidade ao Espírito de Deus.

Fala a todos em nome de Cristo e fala também em nome do homem, particularmente àqueles a quem o nome de Cristo não exprime toda a verdade sobre o homem que este nome contém.

Aos que têm poder de decisão, àqueles de quem depende a situação do mundo, a Igreja dos pobres fala, pois, assim: fazei tudo para que a vida de cada homem, na vossa terra, se torne mais humana, mais digna do homem!

João Paulo II
Visita à favela do Vidigal
Brasil, Julho 1980

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^o António dos Capuchos, 6, 2.^o-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, scarl.